

FUNCIONAMENTO DO COMÉRCIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ODAIR CESAR NUNES, Prefeito Municipal em exercício de Tapurah, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais e:

CONSIDERANDO recomendação da Associação Comercial e Empresarial de Tapurah – ACET;

CONSIDERANDO o disposto no art. 121 da Lei Complementar Municipal nº 087/16, de 22/03/16 que Instituiu o Código de Posturas do Município,

DECRETA

Art. 1º Fica instituído o **HORÁRIO ESPECIAL DE FINAL DE ANO** nos estabelecimentos comerciais do Município de Tapurah, no período de 19 de dezembro do ano de 2022 a 31 de dezembro de 2022.

Parágrafo único. O horário especial de funcionamento do comércio em geral neste mês de dezembro poderá ser:

- Dias 19, 20, 21, 22 e 23: até às 20:30 horas;
- Dia 24 (sábado): até às 19:30 horas;
- Dias 26, 27, 28, 29 e 30: até às 19:30 horas;
- Dia 31 (sábado): até às 13:00 horas;

Art. 2º Este Decreto concede licença especial para funcionamento dos estabelecimentos comerciais varejistas, que poderão funcionar de segunda-feira a sábado, além do horário normal de abertura e fechamento sem quaisquer ônus com o fisco municipal, respeitadas as disposições da legislação trabalhista.

Art. 3º Permanece em vigor os horários dos estabelecimentos previstos no artigo 118 da LC 87/2016.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois.

Registre-se.
Publique-se.
Cientifique-se.
CUMPRA-SE.

ODAIR CESAR NUNES
Prefeito de Tapurah em exercício

LEGISLAÇÃO

LEI ORDINÁRIA Nº 1.488/2022, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

ESTIMA A RECEITA E FIXA A DESPESA DO MUNICÍPIO DE TAPURAH PARA O EXERCÍCIO DE 2023 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Senhor ODAIR CESAR NUNES, Prefeito Municipal de Tapurah em Exercício, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Artigo 1º. Estabelece o Orçamento Fiscal e da Seguridade do Município de Tapurah para o exercício de 2023:

§ 1º Estima a receita bruta em **R\$ 98.212.244,31** (Noventa e oito milhões, duzentos e doze mil, duzentos e quarenta e quatro reais e trinta e três centavos), com deduções de **R\$ 11.423.728,51** (Onze milhões, quatrocentos e vinte e três mil, setecentos e vinte e oito reais e cinquenta e um centavos), totalizando o valor líquido de **R\$ 86.788.515,80** (Oitenta e seis milhões, setecentos e oitenta e oito mil, quinhentos e quinze reais e oitenta centavos), sendo:

I - **R\$ 80.098.230,80** (Oitenta milhões, noventa e oito mil, duzentos e trinta reais e oitenta centavos) para a administração direta, e

II - **R\$ 6.690.285,00** (Seis milhões, seiscentos e noventa mil e duzentos e oitenta e cinco reais) para a administração indireta.

§ 2º Fixa a despesa para a administração direta e indireta em **R\$ 86.788.515,80** (Oitenta e seis milhões, setecentos e oitenta e oito mil, quinhentos e quinze reais e oitenta centavos), sendo:

I - **R\$ 80.098.230,80** (Oitenta milhões, noventa e oito mil, duzentos e trinta reais e oitenta centavos) para a administração direta, e

II - **R\$ 6.690.285,00** (Seis milhões, seiscentos e noventa mil e duzentos e oitenta e cinco reais) para a administração indireta.

Artigo 2º. A receita será realizada mediante a arrecadação de tributos, rendas e outras fontes de receitas correntes e de capital, na forma da legislação em vigor e das especificações constantes dos anexos integrantes desta lei, com o seguinte desdobramento:

Administração Direta	Valor em Reais (R\$)
01 – Receitas Correntes	79.098.230,80
Receita Tributária	14.379.950,00
(-) Deduções da Receita Tributária	-1.077.610,51
Receita de Contribuição	1.901.500,00
Receita Patrimonial	74.303,31
Receita de Serviços	2.648.983,00
Transferências Correntes	71.460.423,00
(-) Deduções de Transferências Correntes	-10.346.118,00
Outras Receitas Correntes	56.800,00

02 – Receitas de Capital	1.000.000,00
Transferências de Capital	1.000.000,00
SOMA	80.098.230,80
Administração Indireta	Valor em Reais (R\$)
01 – Receitas Correntes	2.363.185,00
Receita de Contribuição	2.339.415,00
Outras Receitas Correntes	23.770,00
02 – Receitas Intra-Orçamentárias	4.327.100,00
Receita de Contribuição Patronal	4.327.100,00
SOMA	6.690.285,00
TOTAL	86.788.515,80

Artigo 3º. A despesa da administração direta será realizada segundo a discriminação dos quadros: funções do governo; órgão do governo e unidades da administração; programa de trabalho; categoria econômica e modalidade de aplicação, integrantes desta lei.

ADMINISTRAÇÃO DIRETA	
FUNÇÕES DO GOVERNO	Valor em Reais (R\$)
01 - Legislativa	3.510.000,00
04 - Administração	9.004.870,00
06 - Segurança Pública	545.000,00
08 - Assistência Social	4.221.852,00
10 - Saúde	18.705.942,80
12 - Educação	22.386.376,00
13 - Cultura	451.040,00
14 - Direitos de Cidadania	190.580,00
15 - Urbanismo	10.354.210,00
16 - Habitação	100.000,00
17 - Saneamento	3.437.040,00
18 - Gestão Ambiental	60.000,00
20 - Agricultura	170.550,00
23 - Comércio e Serviços	346.000,00
25 - Energia	1.951.500,00
26 - Transporte	2.523.290,00
27 - Desporto e Lazer	1.102.470,00
28 - Encargos Especiais	790.360,00
99 - Reserva de Contingência	247.150,00
SOMA	80.098.230,80
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA	
FUNÇÕES DO GOVERNO	Valor em Reais (R\$)
09 - Previdência Social	3.352.000,00
99 - Reserva de Contingência	3.338.285,00
SOMA	6.690.285,00
TOTAL	86.788.515,80
ÓRGÃOS E UNIDADES DO GOVERNO	
Administração Direta	Valor em Reais (R\$)
01 - Câmara Municipal de Tapurah	3.510.000,00
001 - Câmara Municipal de Tapurah	3.510.000,00
02 - Gabinete do Prefeito	2.909.250,00
001 - Gabinete do Prefeito	1.449.320,00
002 - Assessoria de Governo	556.580,00
003 - Procuradoria Geral do Município	254.630,00
004 - Controladoria Geral do Município	551.660,00
005 - Unidade de Serviços de Identificação	97.060,00
03 - Secretaria Municipal de Administração, Finanças e Planejamento	5.673.160,00
001 - Gabinete do Secretário	821.260,00
002 - Gestão Administrativa	4.758.380,00
003 - Unidade Municipal do Procon	93.520,00
04 - Secretaria Municipal de Infraestrutura, Meio Ambiente e Serviços Públicos	20.890.990,00
001 - Gabinete do Secretário	860.620,00
002 - Departamento de Infraestrutura, Engenharia e Projetos	13.833.120,00
003 - Departamento de Serviços Públicos	5.338.540,00
004 - Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento	853.710,00
005 - Departamento de Trânsito e Transportes Rodoviários	5.000,00
05 - Secretaria Municipal de Educação, Esportes, Lazer e Cultura	24.939.886,00
001 - Fundo Municipal de Educação	22.386.376,00
002 - Departamento de Cultura	451.040,00

003 - Departamento de Esportes	1.102.470,00
06 - Secretaria Municipal de Assistência Social	4.221.852,00
001 - Fundo Municipal de Assistência Social	3.768.740,00
002 - Conselho Tutelar	412.390,00
003 - Fundo Municipal da Criança e do Adolescente	16.722,00
004 - Fundo Municipal do Idoso	24.000,00
08 - Secretaria Municipal de Saúde	18.705.942,00
001 - Fundo Municipal de Saúde	18.705.942,80
99 - Reserva de Contingência	247.150,00
999 - Reserva de Contingência	247.150,00
SOMA	80.098.230,80
Administração Indireta	Valor em Reais (R\$)
09 - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah	6.690.285,00
001 - Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Tapurah - Tapurah-Previ	6.690.285,00
SOMA	6.690.285,00
TOTAL	86.788.515,80

Art. 4º. O Orçamento Fiscal do Município terá o montante de **R\$ 60.508.721,00** (Sessenta milhões, quinhentos e oito mil, setecentos e vinte e um reais). E o Orçamento de Seguridade Social do Município, **R\$ 26.279.794,80** (Vinte e seis milhões, duzentos e setenta e nove mil, setecentos e noventa e quatro reais e oitenta centavos), ambos, abrangendo todas as entidades da administração direta, seus órgãos e fundos, assim discriminado:

ORÇAMENTO TOTAL	86.788.515,80
Orçamento Fiscal	60.508.721,00
Orçamento da Seguridade Social	26.279.794,80
Administração Direta	Valor em Reais (R\$)
08 – Assistência Social	4.221.852,00
10 – Saúde	18.705.942,80
SOMA	22.927.794,80
Administração Indireta	Valor em Reais (R\$)
09 – Previdência Social	3.352.000,00
SOMA	3.352.000,00

Artigo 5º. Fica instituído que essa lei orçamentária anual será executada a nível de modalidade de aplicação.

Artigo 6º. Fica o poder executivo, nos termos do inciso V do art. 167 da constituição federal, observando-se ainda o preconizado no artigo 42 e nos incisos III do § 1º do art. 43 da lei federal nº 4.320/64, autorizado a abrir créditos adicionais suplementares até o limite de 15% (quinze por cento) do montante da despesa fixada no § 2º do art. 1º desta lei, para atender o reforço de dotações que se apresentarem insuficientes.

Parágrafo Único. O Poder Executivo fica autorizado a proceder à readequação nos anexos da Lei do Plano Plurianual (PPA) Lei 1.410/2021, e da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) Lei 1.462/2022, vigentes no exercício.

Artigo 7º. Esta lei entrará em vigor em 1º de janeiro de 2.023 revogada as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito em exercício de Tapurah, Estado de Mato Grosso, aos trigésimo terceiro dia do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e dois.

ODAIR CESAR NUNES
Prefeito Municipal em Exercício

LEI ORDINÁRIA Nº 1.489, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2022

“DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO DO PROGRAMA DESENVOLVE TAPURAH E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.”

O Senhor ODAIR CESAR NUNES, Prefeito Municipal de Tapurah em Exercício, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, faz saber que o plenário da Câmara Municipal de Vereadores aprovou e ele sanciona, a seguinte Lei:

Art. 1º. Institui o programa de desenvolvimento de infraestrutura no âmbito do município de Tapurah/MT, denominado “DESENVOLVE TAPURAH”.

Art. 2º. O programa consiste na modernização e melhoria da infraestrutura urbana e rural, visando o desenvolvimento econômico e social do município.

Art. 3º. Fica autorizada para a execução do projeto mencionado no artigo 1º, a contratação de mão de obra de caráter temporário/transitório, em obediência aos preceitos constitucionais contidos no artigo 37, inciso IX da Constituição Federal.

Art. 4º. Considera-se como mão-de-obra temporária a contratação de servidores por período determinado e para atender serviços específicos de necessidade transitória.

Art. 5º. Para efeitos desta lei, caracteriza-se a necessidade transitória quando:

I – Os serviços não puderem ser atendidos com os recursos humanos que dispõe a administração pública;

II – Para execução de serviços de execução direta, objetos de convênio ou não, efetuados pelo município

Art. 6º. Para os efeitos desta lei, caracteriza-se o interesse público, a melhoria de toda malha viária, infraestrutura e da valorização dos imóveis do município.

Art. 7º. Os servidores contratados sob o regime desta lei, submeter-se-ão ao regime de caráter jurídico especial, sendo admitidos observados as seguintes condições:

I – Inexistência de vínculo empregatício ou estatutário com a

administração municipal;

II – Inexistência de estabilidade de qualquer tipo;

III – Sujeição absoluta do contratado aos termos da lei ou contrato e das normas que forem fixadas pela administração;

IV – Possibilidade de rescisão unilateral do contrato, sem direito a qualquer indenização, salvo os previstos na lei complementar nº. 15/2009.

Parágrafo único. Pessoal contratado nos termos desta lei, vinculam-se obrigatoriamente ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Art. 8º. O programa terá duração de 01 (um) ano, podendo ser prorrogado uma única vez por igual período.

Parágrafo único. Os servidores contratados para execução do programa, serão contratados pelo período mencionado no caput deste artigo.

Art. 9º. Os cargos e salários para execução do programa estão descritos no anexo único desta lei.

Art. 10. O contrato firmado de acordo com as disposições desta Lei extinguir-se-á, sem indenizações:

I - pelo término do prazo contratual avençado, em cada caso;

II - por iniciativa expressa e a pedido do contratado;

III - pela extinção do programa a que se refere o artigo 1º desta Lei.

IV - por infração disciplinar ou inaptidão profissional do contratado.

V - por conveniência ou discricionariedade por parte do Poder Público

Municipal.

Parágrafo único. A extinção do contrato, no caso do inciso II, deste artigo, será comunicada pelo interessado com antecedência mínima de trinta dias.

Art. 11. É expressamente vedado ao contratado nos termos desta Lei:

I - receber atribuições, funções ou encargos não previstos no respectivo contrato, nem ser cedido para órgãos de outras esferas de governo ou entidades;

II - ser nomeado ou designado, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança;

Parágrafo único. A inobservância do disposto neste artigo importará na rescisão do contrato, sem prejuízo da responsabilidade administrativa da autoridade envolvida na transgressão.

Art. 12. Para os fins desta Lei, somente poderão ser contratados os interessados que comprovarem os seguintes requisitos:

I - ter naturalidade brasileira;

II - ter completado dezoito anos de idade;

III - estar em gozo dos direitos políticos;

IV - estar quite com as obrigações militares;

V - possuir habilitação profissional para o exercício do cargo e registro no conselho fiscalizador da profissão, quando for o caso;

VI - possuir aptidão física e mental para o exercício do cargo;

VII - ter nível de escolaridade compatível com o exercício do cargo;

VIII - atender às condições especiais para determinadas funções, além das demais exigências previstas em Lei ou Regulamento específico.

Art. 13. A contratação dos profissionais para execução deste programa se dará por meio de processo seletivo.

Art. 14. As despesas decorrentes desta lei serão decorrentes de dotação própria do orçamento vigente.

Art. 15. Esta lei poderá, na medida das necessidades ser regulamentada através de decreto executivo.

Art. 16. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as qualquer disposição em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Tapurah, Estado de Mato Grosso, 13 de dezembro de 2022.

ODAIR CESAR NUNES

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO ÚNICO

FUNÇÃO	CARGA HORÁRIA	QUANTIDADE	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES	REQUISITOS PARA INVESTIDURA DO CARGO	VALOR DA REMUNERAÇÃO
Operador de Auto-Concreta	40 horas semanais	02	Operar veículo auto concreto, destinados a produção e fornecimento de concreto e mistura de seus agregados; recolher o veículo a garagem quando concluído o serviço do dia; Manter os veículos em perfeitas condições de funcionamento; fazer reparos de urgência, auxiliar os mecânicos nos reparos do veículos; zelar pela conservação e limpeza dos veículos que lhes são confiados; Comunicar qualquer anomalia no funcionamento do veículo; executar outras atividades correlatas e afins.	Alfabetizado	R\$ 2.484,10
Pedreiro	40 horas semanais	08	Efetuar trabalhos de alvenaria, assentando pedras, blocos, tijolos de argila ou concreto para execução de obras. Executar serviços de manutenção de pavimentos das vias públicas, conservação de calçadas e sarjetas para corrigir os defeitos surgidos. Executar serviços de carpintaria e pintura, para reparo e manutenção dos prédios e equipamentos públicos. Montar formas para alvenaria, instalar tapumes; fazer painéis de forma usando pregos e distribuir cavaletes para viga conforme projeto. Montar andaimes, bandejas salva-vidas, proteção provisória de escadas, proteção de madeira ou metálica. Montar e assentar portas e	Alfabetizado	R\$ 3.000,00